

GÊNESE, ESTRUTURA E DINÂMICA DE POVOAMENTO EM COMUNIDADES RURAIS

origin, structures and dynamics in rural communities

Joélcio Gonçalves Soares*
Cicilian Luiza Löwen Sahr**

Resumo

O presente artigo tem o intuito de refletir acerca de comunidades rurais, sua gênese, estrutura e dinâmica de povoamento. Para isso, toma-se como estudo de caso quatro comunidades rurais no município de Rio Azul - PR. Tais comunidades, como tantas outras da Região Centro-Sul do Paraná, tiveram sua gênese como faxinal. Tratam-se, portanto, de comunidades tradicionais cuja forma de uso do solo estrutura-se através de uma nítida divisão entre terras de criar com uso comum, e terras de plantar com uso familiar. Para avaliar os padrões de povoamento das comunidades e suas dinâmicas, investigam-se as mudanças ocorridas na sua organização espacial entre 1960 e 2011. O desenvolvimento do trabalho baseou-se em: a) levantamento bibliográfico relacionado à questão da comunidade como estrutura socioespacial e dos faxinais como comunidades tradicionais; b) análise da Carta do Ministério do Exército de 1966 e de imagens do Google Earth de 2011; c) pesquisa com observação em campo e entrevistas a membros das comunidades. Observa-se, no período analisado, que as quatro comunidades tiveram dinâmicas diferenciadas, sendo que três delas se desestruturaram enquanto faxinais, sobretudo no que concerne ao uso comum, e uma mantém preservada essa característica.

Palavras-chaves: Comunidades rurais, Estrutura de povoamento, Faxinais, Rio Azul - PR.

Abstract

This article reflects on the genesis, structures and population dynamics of rural communities highlighting the case of 4 communities located in the municipality of Rio Azul (Paraná, Brazil). These communities have originated among others of the Central South Region of Paraná as faxinal communities. As such, their land use patterns clearly follow a division between pastures with a common land status (terras de criar) and plantations worked on a family basis (terras de plantar). To better understand these patterns and the dynamics of their communities, the changes of their spatial configurations have been investigated, which have occurred between 1960 and today. The research work has passed the following items: a) bibliographical research on community topics related to socio-spatial structures and faxinais as traditional communities; b) analysis of the Army's Topographical Map of 1966 and of Google Earth images of 2011; c) observant field research and interviews with community members. As a research result, it has been observed that the communities have followed different paths throughout the investigated period, three of them being dismantled as faxinais, especially what concerns its common use patterns, while one has preserved its traditional features.

Key words: Rural communities, Settlement structure, Faxinais, Rio Azul - PR.

Resumen

Este artículo tiene el intuito de presentar una reflexión acerca de comunidades rurales, su génesis, estructura e dinámica de población. Para esto, fueran tomadas cuatro comunidades rurales en el municipio de Rio Azul (Paraná, Brasil). Las comunidades, como tantas otras de la Región Centro-Sur del Paraná, tuvieron su origen como faxinal. Se trata, en esta temática, de comunidades tradicionales cuyo tipo de uso del suelo estructura-se con una típica división, entre tierras de criar animales, las cuales son de uso comunitario, e las tierras de plantación, que son utilizadas por la familia que tiene propiedad sobre la misma. Para evaluación de los padrones de población de las comunidades, así como, sus dinámicas, investigan-se las mudanzas ocurridas en la suya organización espacial entre 1960 y 2011. El desarrollo del trabajo tuvo como base: a) levantamiento de bibliografía relacionada a la cuestión de la comunidad como estructura socioespacial y de los faxinais como comunidades tradicionales; b) análisis de la Carta del Ministério do Exército de 1966 e de imágenes del Google Earth de 2011; c) pesquisa con observación en campo e entrevistas con miembros de las comunidades. Puede ser observado, en el periodo analizado, que las cuatro comunidades han tenido dinámicas diferenciadas, siendo que tres de ellas se desestructuraron, no teniendo más el faxinal, sobretudo en que concierne al uso comunitario de la tierra para creación, y solo una mantiene preservadas esas características.

Palabras-Claves: Comunidades rurales, Estructura de población, Faxinais, Rio Azul - PR.

(*) Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Avenida Carlos Cavalcanti, 4748 CIPP Sala LP - 11, CEP: 84.030-900, Ponta Grossa (PR) - Brasil, Tel: (+55 42) 3220.3155 - joelciosoaes@yahoo.com.br

(**) Prof^ª. Dr^ª. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Avenida Carlos Cavalcanti, 4748 CIPP Sala LP - 11, CEP: 84.030-900, Ponta Grossa (PR) - Brasil, Tel: (+55 42) 3220.3155 - cicilian@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O município de Rio Azul se situa na região Centro-Sul do Estado do Paraná. Grande parte de suas comunidades, algumas de forma mais acentuada e outras menos, apresentam características de faxinal nas suas estruturas de povoamento e formas de uso do solo, assim como em suas manifestações culturais. Isso traz à baila a discussão sobre a origem faxinalense destas, que marca o período que se estende do início até meados do século XX.

Outro indício da gênese faxinalense das comunidades são os seus nomes, pois algumas apresentam o termo faxinal na composição de sua denominação, tais como: Faxinal de São Pedro, Faxinal dos Elias, Faxinal dos Lima, Faxinal dos Moura e Faxinal dos Paula. Estas localidades, embora na atualidade não apresentem tão visivelmente as características de faxinal, ainda permanecem com a denominação.

A partir de uma análise em livros históricos do município (MARTYNETZ, 1973; VALASCKI e WZOREK, 1988), que tratam sobre as comunidades rurais, pôde-se levantar outras comunidades que tinham em sua gênese a denominação de faxinal, sendo estas: Faxinal dos Ribeiros, Faxinal dos Domingues, Faxinal dos Bugres e Faxinal de Santa Cruz. Via de regra, as denominações das comunidades, tanto das aqui citadas como das outras existentes no município, compõem-se dos nomes das famílias que as povoaram, do rio que as cortam ou ainda de santos que as protegem.

Desta feita, estas evidências e indícios acabam por gerar inquietações científicas, no sentido de investigar com mais profundidade quais comunidades rurais do município de Rio Azul realmente se constituíram como faxinais no passado. Ou seja, quais delas possuíam criadouros comunitários sob a Mata com Araucária, que famílias e etnias efetuaram o povoamento, bem como, quais as possíveis causas da desagregação deste modo de vida em muitas destas comunidades.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar as comunidades rurais de Rio Azul no que diz respeito à sua gênese, organização espacial e dinâmica, tendo como recorte temporal o período compreendido entre 1960 e 2011. Busca-se identificar no município as comunidades rurais cuja estrutura de povoamento já na sua gênese foi faxinalense, verificando como estas comunidades se estruturavam no passado, e como se estruturam na atualidade em termos espaciais, captando as dinâmicas vivenciadas por elas. Delimitou-se o estudo a quatro comunidades: Rio Azul dos Soares, Vila Nova, Rio Vinagre e Salto Braço do Potinga.

Na escolha das comunidades para aprofundamento da análise, buscou-se selecionar exemplos que pudessem demonstrar dinâmicas distintas no que diz respeito à permanência ou não de criadouro comunitário, enquanto característica visível da tradição faxinalense. Sendo assim, tomaram-se dois levantamentos efetuados sobre os faxinais do Paraná: o do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater (1994) e o Instituto Ambiental do Paraná (MARQUES, 2004). No levantamento de 1994, constatou-se que as comunidades de Rio Vinagre, Vila Nova e Rio Azul dos Soares foram categorizadas enquanto faxinais. No levantamento de 2004, das comunidades em estudo, somente a comunidade de Rio Azul dos Soares mantinha seu criadouro comum. Contudo, ao ir a campo em 2011, pôde-se constatar que das três comunidades apresentadas nos levantamentos, somente a comunidade de Vila Nova se mantinha com o criadouro comum ativo, sendo que Rio Vinagre havia deixado de possuir o criadouro em 1999 e Rio Azul dos Soares em 2011.

Uma vez delimitada para este estudo as três comunidades com situações diferenciadas, optou-se, então, por juntar à amostra uma comunidade faxinalense que não se encontrava em nenhum dos estudos apontados, evidenciando a subestimativa deste fenômeno. Para isso, optou-se pela comunidade de Salto Braço do Potinga, que em sua gênese era faxinal, contudo, deixou de possuir esta forma de organização antes de 1994.

O estudo realizado nas quatro comunidades se baseou em: a) levantamento de informações secundárias (livros, trabalhos acadêmicos e relatórios), através das quais foi possível construir o referencial teórico da pesquisa, referente à questão da comunidade como estrutura socioespacial e



dos faxinais como comunidades tradicionais; b) análise da Carta de 1973 do Ministério do Exército – Diretoria do Serviço Geográfico, referente ao ano de 1966 e de imagens do Google Earth de 2011, onde foram levantados aspectos referentes aos padrões espaciais de povoamento, podendo assim, efetuar as comparações entre as formas apresentadas entre 1966 e 2011 e inferir sobre as dinâmicas ocorridas; c) pesquisa em campo, a qual se desenvolveu por meio de observação, entrevistas com membros das comunidades e registros fotográficos. Buscou-se conhecer in loco as comunidades e suas particularidades na atualidade, e por meio das entrevistas, levantar dados referentes às suas dinâmicas, compreendendo como elas se estruturavam na década de 1960.

Neste artigo, primeiramente se apresenta uma discussão bibliográfica acerca da temática comunidade, onde partindo de uma discussão conceitual busca-se compreender como a comunidade se organiza enquanto uma estrutura socioespacial. Num segundo momento são apresentados aspectos referentes às comunidades de faxinal, apontando suas singularidades. O artigo segue com uma seção onde busca-se apreender a gênese das comunidades rurais de Rio Azul, salientando a contraposição e justaposição entre colônias e faxinais. Ao final aprofunda-se a análise em quatro comunidades rurais, inferindo sobre a origem, evolução e atual situação dos padrões de povoamento destas.

A COMUNIDADE COMO ESTRUTURA SOCIOESPACIAL: uma discussão conceitual

O homem necessita, para existir, de uma comunidade, assim como esta depende dele para sua formação. Nesta relação de dependência homem-espaco ocorre a geração de características intrínsecas, que derivam das adaptações ao meio, em seus diversos aspectos. É um processo mútuo que envolve, evidentemente, um grupo de pessoas e um local com o qual este se identifica. Contudo, para que os processos de adaptação e identificação ocorram, depender-se-á de um período de tempo. Esta forma de vivência comum surge de uma associação de fatores variados, sejam eles ecológicos, econômicos e culturais (VASCONCELOS, 1977).

Segundo Vasconcelos, cabe salientar ainda, que:

[...] os indivíduos, as famílias e os grupos se organizam sobre o território segundo interesses comuns, para a realização de seus objetivos. Mas, a primordial condição para que estes grupos possam realizar bem seus objetivos comuns, está na fixação à área (1977, p. 89).

Pode-se afirmar, portanto, que a comunidade apresenta e depende de uma fixidez no espaço. Esta, aliada às dinâmicas e fatores supracitados, vai possibilitar a busca pelos objetivos comuns aos seus membros.

É neste sentido que Smith (1971, p. 113-114) ressalta que cada comunidade apresenta características e expressões específicas, tendo em vista sua organização e estruturas. “[...] A comunidade é uma pequena, porém definida, parte da terra, mesmo sem apresentar seus limites definidos nos mapas geográficos, ao lado dos cursos de água, vertentes e outros fenômenos naturais”. Além disso, “seus limites estão indelevelmente estampados na mente e na memória dos habitantes locais. São de fato esses limites que determinam efetivamente a área de participação social de interesse e identificação mútuos e das atividades coletivas”. Sendo assim, a comunidade rural é uma área importante de integração social, onde as relações de parentesco, de compadrio, religiosas e culturais são fortes e permitem uma coesão social (LÖWEN SAHR, 2008).

É nesta linha que Maia afirma que a comunidade é um “[...] lugar privilegiado onde se reconciliam os valores pessoais e suprapessoais”. É também “o meio onde se opera a síntese entre o indivíduo e a coletividade, não podendo a pessoa se afirmar senão na comunidade, e esta sendo sempre um conjunto de pessoas” (1967, p. 56).

Analisando as afirmações dos autores até então citados, nota-se que eles corroboram sobre a organização e forma da comunidade, uma vez que afirmam sobre o meio/lugar/área, os valores ali gerados pelos indivíduos por meio da integração social e a síntese entre o indivíduo e a coletividade.



Estes processos concomitantes, não deixando às vezes de serem intermitentes, começam na família e posteriormente se desenvolvem, com a adaptação (síntese) do indivíduo à comunidade (coletivo), naquele espaço adaptado às suas necessidades.

Na síntese, assegura-se o que Claval (2007) coloca sobre o constituir e viver em comunidade, o que implica que “[...] os parceiros sintam-se pertencentes a um mesmo conjunto pelo qual cada um se sinta responsável e solidário” (p. 113). Esta atitude acaba por tomar uma forma efetiva de vivência, ou seja, “a forma da comunidade”, como aponta o autor.

Este pertencimento ao conjunto depende de alguns critérios, sendo os primários, “[...] a presença de laços ou de elos que mantém unido um grupo de pessoas essencialmente relacionadas e a interação entre essas pessoas” (BERTRAND, 1973, p. 97). Assim, ser parte da comunidade, diz respeito a permitir-se viver em comum e se fazer presente tendo seu papel social. Neste “espaço de vida em comum”, que tem objetivos voltados aos anseios de todos, tudo é mediado por laços de solidariedade, “auxílio mútuo e associação humana” (SMITH, 1971, p. 165).

No entanto, para assegurar a coerência do conjunto e fazer com que cada um desempenhe seu papel, primeiramente são necessárias “Técnicas de organização do espaço e de orientações das comunicações e dos bens”. E, na sequência, “[...] adesão de todos aos mesmos valores coletivos, a interiorização das mesmas regras de comportamentos e o sentimento de solidariedade e de responsabilidade” (CLAVAL, 2007, p.113).

Isto tudo pressupõe a necessidade de organização no espaço habitado, por meio de relações de interação e cooperação social, bem como, de normas que norteiem as atitudes dos indivíduos. Quando essas relações existem e os valores são respeitados, pode ocorrer a sacralização do vivido na comunidade e, em decorrência disso, um aumento da força e união de todos em torno destes preceitos e valores coletivos. Como Claval (2007) bem coloca, é a interiorização de um conjunto de regras, por parte dos membros, que permitirá a convivência em comunidade.

A organização da comunidade é “[...] condição indispensável para a cooperação consciente da população na organização e em outros meios de ação em conjunto” (HILMANN, 1974, p. 9). Deste modo, a comunidade pode ser pensada com o intuito de indicar não somente estruturas dentro das quais se realizam atividades de cooperação, mas também, para elucidar outros processos de interação social. O aspecto funcional desta interação tem significação para a população, sua existência e ação, podendo assegurar e fortalecer os laços do meio comum.

Interar-se socialmente corresponde à influência que os indivíduos exercem uns sobre os outros através dos contatos que realizam na vida social. Ao se interar em comunidade, ocorre um processo de duas vias, onde o indivíduo se forma em meio à comunidade, sendo parte dela, ou seja, influenciando e sendo por ela (VASCONCELOS, 1977). Contudo, “certas formas de interação social, ocorrem visivelmente de maneira reiterada, com grande regularidade e uniformidade. Estes tipos de interação são designados por processos sociais” (BERTRAND, 1973, p.35). Nestes, cada comunidade pode apresentar características diferenciadas de outras, contudo, uniformes a cada grupo.

A interação social, por meio de seus processos sociais, dá luz à organização socioespacial da comunidade, quer seja esta positiva ou negativa, dependendo da classificação do processo social que nela ocorre. Estes podem ser “solidários”, onde ocorre a cooperação, ou “antagônicos”, devido à competição e/ou conflito (BERTRAND, 1973, p. 35). A tipologia dos processos sociais depende dos interesses, das características e das formas de vivência da comunidade, as quais lhes dão contornos.

Tendo processos solidários que gerem unidades sociais e culturais, a comunidade pode se fortalecer e constituir “um grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua, que podem se multiplicar por emigração ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por certos traços fundamentais de cultura” (CLAVAL, 2007, p. 114). Além disso, se o grupo é coeso e tem processos sociais solidários, é por saber se utilizar do espaço onde vive, isto devido à sua organização. Os mecanismos de cooperação e interação se fortalecem “[...] quando todos os seus habitantes gozam de níveis de vida elevados em relação aos potenciais da área em que vivem” (SMITH, 1971, p. 117).



Entretanto, se os processos que ocorrem na comunidade são antagônicos, a comunidade perde seu sentido, passando de um local de convivência harmônica, permeado por relações de solidariedade, para um meio onde operaram as relações de interesse, de caráter individual e não em prol grupo. Como afirma Vasconcelos (1977, p. 242), “[...] o desajustamento pessoal ou social, resulta, antes de mais nada, da falta de participação do indivíduo e do grupo na vida social, considerada em seus aspectos mais amplos”. Neste sentido, a comunidade depende de mais um processo, o de participação social, já que:

[...] à medida que as pessoas e os grupos deixam de participar dos contatos humanos, a sua personalidade ou a sua estrutura vai perdendo os recursos de ajustamento, ou de adaptação as condições físicas e sociais da comunidade. [...] os indivíduos que participam mais intensa e amplamente da vida social, dificilmente apresentam casos de desorganização social. (VASCONCELOS, 1977, p. 242).

Partindo desta premissa, tem-se que a falta de participação social gera a mudança social “que se refere a alterações na organização social” (BERTRAND, 1973, p. 36). Esta mudança, de acordo com sua amplitude, pode gerar a desorganização, citada por Vasconcelos (1977). Todavia, Bertrand (1973, p. 36) afirma que “A desorganização social existe quando se rompe o equilíbrio da sociedade, que está implícito na organização social. Surge primariamente porque os indivíduos e os grupos começam a lutar por interesses opostos”, ou seja, deixando de lado seus objetivos comuns, e gerando processos sociais antagônicos, que se sobrepõem aos antes solidários.

Como nota-se, são variados os processos que permeiam a vida em comum. Nesta temática, Hillmann (1974, p. 32) ressalta que, sendo a organização da comunidade um processo primordial para sua existência de forma solidária, a mesma “[...] abrange não somente os elementos da autoridade, da divisão do trabalho e de vias de comunicação, como também os fatores essenciais para a ação comum”. Portanto, há necessidade de uma forma de ajuda mútua e de participação, onde todos se beneficiem, por meio de mecanismos de ação coordenados, que tenham como objetivos a ação pró-comum, e por consequência, a manutenção da harmonia local por meio de processos solidários.

Ainda, quanto à organização social, estruturas e processos da comunidade, cabe salientar que esta necessita, para existir as formas de vivência, interação e participação social já ressaltadas, de mecanismos de orientação que digam respeito às regras de conduta e as normas morais internas e externas. São estes valores que permeiam a rotina do grupo e, normalmente, apresentam aspectos intrínsecos a cada comunidade, que são denominados como controle social.

Estes mecanismos de controle social dizem respeito a “procedimentos através dos quais os indivíduos e os grupos são levados a se conformarem com as normas ou a se comportarem de acordo com os padrões de expectativas” (BERTRAND, 1973, p. 36). Nesta perspectiva, o controle social consiste de vários processos pelos quais a sociedade impõe a conformidade aos padrões de comportamento que ela considera certos e bons. Ele assegura a manutenção de uma organização social harmônica.

Para Bertrand (1973, p. 36), o controle social opera em dois níveis, podendo ser “formal”, onde é “assegurado por leis, regras e regulamentos”, ou “informal”, que é “assegurado por forças como a consciência, o ridículo, e o ostracismo”. Neste sentido, Vasconcelos (1977, p. 153) argumenta que “no povo está o elemento dinâmico da comunidade, nas instituições o elemento de controle”. Não obstante, associando os apontamentos dos dois autores, pode-se afirmar que nas instituições estariam os elementos de controle social formal, e no povo, por sua dinamicidade e por suas relações na comunidade, o controle social informal. Este não só deriva, mas também está imbuído nas crenças e características culturais dos que habitam determinada comunidade.

Partindo desta premissa, a maneira de agir em comunidade, de definir as responsabilidades e os papéis dos homens e das mulheres, se deve a um conjunto de normas e saberes que compõe o controle social. O controle formal é o que advém de estruturas externas hegemônicas à comunidade,



onde “[...] o Estado age como um instrumento formal, prescrevendo as condições gerais externas da vida social” (MAC IVER, 1944, apud, MAIA, 1967, p.55). Já o informal, deriva de estruturas internas, ou seja, de normas culturais e sociais de um grupo que convive e onde estas lhe são familiares, estando “estruturadas conforme as convenções e as normas de determinada cultura”, as quais “não são universais” (CLAVAL, 2007, p. 82).

Portanto, a maneira de agir em comunidade, de definir as responsabilidades e os papéis dos homens e das mulheres, se deve a um conjunto de normativas concernentes ao controle social. Neste, o informal é condizente com a realidade cultural da comunidade e o formal com os valores, regras e leis comuns a sociedade em seu todo.

Ao refletir sobre a organização socioespacial da comunidade, cabe apontar o quadro das relações sociais, que são o “âmbito da organização social” e tem papel fundamental quando se trata do bem-estar social. Para Hillmann, “O processo de organização da comunidade nunca termina, e depende das relações sociais” (1974, p. 31). Anjos salienta, todavia, que “É importante lembrar, que estas relações variam no tempo e no espaço, de acordo com as etapas dos processos historiográficos e das implicações e especificidades nos arranjos geográficos” das comunidades (2009, p. 114).

Tanto as relações sociais como a organização social variam de um local para outro, tendo características específicas para que a comunidade evolua, atrelando todos os membros ao mesmo sentimento. O homem tem a necessidade de viver em comunidade devido ao suporte que advém desta para ele, assim como a comunidade inexiste sem o homem, que agrupado torna este espaço o que ele é, ou seja, um local de convívio comum. Contudo, cada membro tem que fazer sua parte para que ele permaneça com a comunidade e ela através dele.

Através dos argumentos aqui apresentados, pode-se considerar que a comunidade se configura, primordialmente, enquanto uma área de convívio comum. Esta forma de vida traz consigo características próprias que dão sentido e coesão a sua organização social. Cabe ressaltar, que a partir do momento em que os homens tomam estas formas de vida coletiva, eles desenvolvem, em certo grau, “características comuns bem determinadas, como comportamentos, tradições, modos de falar”, entre outros (MAIA, 1967, p. 56).

Não há como fugir dos sinais que ficam marcados devido ao contexto social e cultural que é vivenciado por um indivíduo na comunidade que pertence ou pertenceu. É neste recorte do espaço de vida intensa, neste núcleo comum que apresenta limites inconstantes, uma vez que não há como estabelecer espacialmente onde começam e terminam as relações sociais de determinada comunidade e onde se iniciam as de outra, que o homem vive e atua por meio das relações sociais.

AS COMUNIDADES RURAIS DE FAXINAL: suas singularidades

Uma vez apresentados os conceitos referentes às comunidades e suas formas de organização no espaço de vivência, aprofunda-se a discussão em torno de uma modalidade de comunidade encontrada no sul do Brasil, as comunidades faxinalenses.

Os faxinais se configuram enquanto comunidades de populações tradicionais que estão localizadas na região das Matas com Araucária do Paraná. São consideradas tradicionais devido a uma série de aspectos culturais diferenciados, que têm origem em meados do século XIX e por possuírem uma forma particular de organização socioespacial (CHANG, 1988). Outro ponto que as faz serem denominadas desta forma se refere ao uso que dão ao espaço e aos recursos naturais nele existentes, que são uma condição e base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (BRASIL, 2007).

Sendo assim, as comunidades de faxinal podem ser entendidas como:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados, que historicamente reproduzem seu modo de vida, [...] com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 1999, p. 22).

A origem etimológica do termo “faxinal” está na palavra latina “fascēs”, que significa feixe de ramos. No Paraná, estado onde há ainda uma forte manifestação deste tipo de comunidade, o termo designa, segundo Löwen Sahr (2009, pp. 39-40) “uma área de povoamento agrossilvopastoril caracterizada pela existência de um criadouro comunitário em ambiente de floresta, separado das áreas de plantar por cercas, tradicionalmente constituídas por ‘fascēs’”. Quanto aos moradores dessas comunidades, eles “[...] são denominados ‘faxinalenses’ por apresentarem uma distinção cultural, que tem como forte característica a manutenção de laços de solidariedade e compartilhamento” (p. 40).

Os laços de solidariedade e também os de parentesco/compadrio são alicerces que mantêm o viver em comum fortalecido nestas comunidades, gerando uma forte dependência entre os seus membros no que se refere a aspectos econômicos, sociais, familiares e culturais. Estas comunidades se apresentam enquanto uma “[...] alternativa de sobrevivência no campo, por meio do trabalho comunitário, da preservação ambiental e da policultura de subsistência dos pequenos proprietários de terras” (LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003, p. 9).

O principal fator que caracteriza estas comunidades se refere à forma típica de divisão do uso da terra. Nas “terras de criar” encontram-se as criações e também as residências dos faxinalenses, e nas “terras de plantar” se efetuam os cultivos, tanto o que concerne a gêneros alimentícios para consumo próprio, quanto produtos comerciais, como é o caso do tabaco (SCHUSTER e LÖWEN SAHR, 2009).

Nas comunidades de faxinal, outro ponto importante a ressaltar, é quanto à propriedade ou posse sobre a terra. Embora as terras de criar sejam de uso comum, a propriedade ou posse da terra não o é, tendo cada família sua parcela. A extração da erva-mate é feita pelo proprietário da respectiva parcela, mas para a criação de animais o uso das parcelas é comunitário, desconsiderando a propriedade ou posse. Existem dentro da comunidade aqueles que têm terra, que representam a maioria, e aqueles que não a tem. Estes são denominados, segundo Chang (1988), agregados ou camaradas. Eles moram no criadouro e trabalham para os detentores de terras de plantar. A eles também é atribuído o direito de ter animais no criadouro.

Cabe ainda salientar as formas e estruturas de povoamento destas comunidades, que configuram o arranjo espacial faxinalense. Esta característica concerne à distribuição das residências, que normalmente ficam próximas as estradas gerais, como aponta Ferreira (2008), uma vez que esta localização facilita o deslocamento. Há também outra, que pode combinar-se a primeira, na qual as residências ficam nos vales próximas aos rios, como coloca Löwen Sahr (2005a), já que o riacho é a fonte de água para os animais fechados no criadouro.

Essa organização espacial e forma de utilização das terras, embora singulares, tomam características que se aproximam, ou podem ser classificadas, como “aldeias em linha”, baseando-se nas tipologias referidas por Bertrand (1973) e Vasconcelos (1977). Todavia, as comunidades faxinalenses, diferem quanto à delimitação de propriedades, sendo caracterizadas pelo uso comum da terra.

Para Bertrand (1973, p. 99), as “aldeias em linha” são aquelas onde “as casas estão em fila, geralmente em ambos os lados de um riacho ou estrada, e a terra agricultável está em longas e estreitas faixas estendendo-se por traz da casa”. Para este autor, o tipo de organização espacial deve-se as vantagens sociais de aglomeração residencial e as de cunho econômico de se morar na própria terra. No caso dos faxinais, todavia, esta proximidade ocorre apenas com relação às terras de criar, já que os cultivos ocorrem nas terras de plantar que circundam o criadouro ou tem localização afastada, em determinados casos.

Nas tipologias de Bertrand (1973), Vasconcelos (1977) e Anjos (2009) têm-se também as comunidades do tipo aldeia nucleada ou de configuração radial. Elas trazem particularidades que também são intrínsecas às comunidades faxinalenses. A primeira diz respeito à distribuição das residências próximas a um elemento comunitário, como a igreja ou escola, formando núcleos de povoamento. Esta configuração é bastante característica nos faxinais. A segunda se refere à disposição das terras de cultivo, uma vez que neste tipo de aldeia, “as terras agricultáveis estão a alguma distância das



casas dos agricultores” (BERTRAND, 1973, p. 99). Assim, o criadouro comunitário, onde estão às residências dos faxinalenses, pode ser comparado a uma “aldeia nucleada”, sendo necessário o deslocamento até as terras de plantar.

Vasconcelos (1977, p. 49) nomeia como “aldeias em linha” aquelas que visam permitir que o “[...] indivíduo esteja associado ao seu semelhante, em núcleo de concentração demográfica, e residindo, ao mesmo tempo, dentro de sua própria terra”. Ainda ressalta que estas se formam, em geral, ao longo das estradas e/ou às margens de rios. “[...] Certas feições peculiares da paisagem e imperativos culturais de hábitos locais” são certamente fatores combinados que deram origem a esta tipologia (p. 49).

Smith (1971, p. 166) ao descrever o início da colonização em Portugal e na Inglaterra, parece estar se referindo aos faxinais brasileiros, dado a similaridade dos elementos apontados. O autor afirma que:

[...] a propriedade rural [...] consistia de uma casa e de um terreno para a horta num lugarejo ou pequena aldeia, e mais alguns trechos de terra arável, espalhados pelos campos que circundavam o centro residencial. Eram frequentes os direitos comunitários de utilizar as pastagens e os bosques.

Analisando a afirmação de Smith (1971), pode-se visualizar a descrição tanto da propriedade familiar como da própria estrutura da comunidade de faxinal. No caso das hortas, nos faxinais elas se localizam ao redor das casas e tem-se o cuidado de cercá-las para evitar que os animais criados soltos as destruam. Nelas se cultivam verduras, temperos e ervas medicinais para o próprio consumo. Com relação aos direitos comunitários de utilização das pastagens e bosques, estes se assemelham a criação de animais em espaço florestal de uso comum nos faxinais. Nota-se ainda que Smith (1971) refere-se ao “núcleo residencial”, que teria as mesmas formas de uma “aldeia nucleada”, assim se aproximando ainda mais das características dos faxinais, pela similaridade nas formas de povoamento e uso do solo.

No entanto, seguindo sua discussão, Smith aponta que este tipo de comunidade não é presente no Brasil e nos Estados Unidos. Para ele:

A vizinhança européia, [...] constituía-se de um número de famílias, cujas casas se amontoavam num lugarejo ou pequena aldeia, com suas terras, pastagens e bosques.

A observação dos “grupos de localidade” do Brasil e dos Estados Unidos demonstra como têm eles se diferenciado grandemente dos padrões do Velho Mundo. O Brasil nunca teve a aldeia composta de pequenos proprietários. (1971, p. 166, grifo nosso).

Uma afirmação equivocada, pois como se nota com base nos argumentos de Vasconcelos (1977), Nerone (2000), Löwen Sahr (2005a) e Ferreira (2008), há sim comunidades deste tipo no Brasil. Todavia, a contribuição de Smith (1971) é relevante quando traz para a discussão a influência européia neste tipo de organização. Há estudos, como o de Nerone (2000), que afirmam a existência de comunidades semelhantes às faxinalenses não só em Portugal, mas também na Espanha.

Cabe ainda ressaltar uma característica que se refere ao tipo de floresta na qual os faxinalenses estão inseridos, assim como o uso que fazem desta em seu cotidiano. Como aponta Ferreira (2008, p. 54), “Geralmente no centro do criadouro há uma vegetação rasteira com gramíneas e outras espécies. À medida que se afasta das estradas, encontra-se arbustos e árvores, como a erva-mate, sombreada pelas copas das araucárias”. Reforçando a questão da existência destas populações no bioma de Mata com Araucária, pode-se colocar que “[...] é nas terras de faxinal que estão presentes as reservas mais originais do bioma da Mata com Araucária” (LÖWEN SAHR, 2005b, s/p.).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as comunidades de faxinal, como uma forma de organização ainda presente na região Centro-Sul do Estado do Paraná, apresentam uma forma particular de produção, que diz respeito à criação extensiva de animais para tração e consumo em áreas comuns, assim como, pela extração florestal dentro do criadouro comum, principalmente da erva-mate, que

desempenha um papel de renda complementar. Também tem particularidades a policultura alimentar de subsistência e a produção comercial nas terras de plantio.

De toda forma, estas comunidades passaram e ainda passam, por adaptações constantes a novas dinâmicas. Muitas delas conseguem, até certo ponto, manter suas tradições e costumes, por outro lado, elas vêm se adaptando às transformações derivadas da modernidade e de seus efeitos globalizadores, que se refletem do ambiente global para o local (HALL, 2006). Sendo assim, o faxinal não permanece estático, uma vez que ele mantém uma dinâmica e se adéqua aos novos contextos aos quais é exposto, passando, portanto, por processos tanto de “modernização”, como de “retradionalização” (LÖWEN SAHR, 2008, p. 224). Contudo, estas novas dinâmicas, muitas vezes, possibilitam que estas comunidades tradicionais percam os traços que fazem com que sejam assim denominadas.

ENTRE COLÔNIAS E FAXINAIS: a gênese das comunidades rurais de Rio Azul

Busca-se neste momento refletir sobre a realidade do município de Rio Azul, sobretudo no que concerne às dinâmicas que se deram nas comunidades faxinalenses. Para tanto, são analisadas a gênese e constituição das comunidades rurais do município.

Rio Azul tem seu início nas comunidades de Butiazal, que até hoje permanece e está na porção nordeste, a 8 km da sede do município na divisa com o de Rebouças, e Rio Azul dos Soares, que fica na porção sudeste do município a 10 km da sede. “Estes núcleos de povoação foram formados por elementos de origem portuguesa, que passaram pelas terras do município entre 1870 e 1890” (MARTYNETZ, 1973, p. 2). Segundo este autor, as primeiras povoações foram de origem portuguesa e adentraram na porção de terras que até então era denominada Sertão do Jararaca, a qual abrangia não somente o que hoje denomina-se de município de Rio Azul, mas também alguns municípios vizinhos.

A partir de 1890 inicia-se a vinda de imigrantes à localidade, principalmente para o espaço onde hoje se encontra a atual área urbana de Rio Azul. Tal vinda decorre do início das obras da estação ferroviária a partir de 1894, pois passaria por ali os trilhos da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande (VALASKI e WZOREK, 1988). Esta estrada cortava também os municípios vizinhos de Rebouças, Mallet e Irati. Os que residiam nesta época no pequeno povoado, segundo os autores, lutavam para sobreviver, cortando as matas e fazendo dormentes para a construção da estrada de ferro.

Com o passar dos trilhos começa a se consolidar um pequeno povoado próximo a estação ferroviária, que foi denominada como Jaboticabal, tendo sua inauguração em 1902. Assim, o primeiro povoado, hoje área urbana de Rio Azul, recebeu também o nome de Jaboticabal. Os nomes da estação e do povoado, porém, não se mantêm. No mesmo ano, a localidade e a estação recebem a denominação de Roxo Roiz. Isso ocorreu devido a uma homenagem feita ao engenheiro que chefiava os serviços da estrada de ferro na região (MARTYNETZ, 1973).

De acordo com dados do Plano Diretor de Rio Azul (PDRA, 2009), a partir de 1902, com a ferrovia operando, o transporte ficou facilitado, e assim, atraiu a instalação de atividades comerciais e industriais para o povoado. Em 1907, ele se tornou Distrito Policial e em 1913 foi elevado à categoria de Distrito Judiciário. Por essa época, ocorreu um grande fluxo populacional à região, atraídos pelas atividades de extração da madeira e erva-mate, bem como, pelas atividades agropastoris. O crescimento do distrito de Roxo Roiz fez com que surgisse na população do povoado o desejo de se tornar município, fato que veio a ocorrer em 1918.

Contudo, o povoado veria o maior número de imigrantes chegarem para integrá-lo a partir de 1908, quando ocorre o segundo ciclo migratório para a região. Segundo Wachowicz (1995), a mesma dinâmica ocorre nos municípios vizinhos de Irati (1908) e Cruz Machado (1910). Nesta imigração predominou a vinda de poloneses, ucranianos e alemães. “[...] Os imigrantes vinham de localidades próximas de Curitiba, como Lapa, Campo Largo e Lagoa das Almas. Esses imigrantes requeriam terras na região do município de Rio Azul, junto ao presidente da Província do Estado do



Paraná”. Assim, começam a se deslocar para as terras cedidas pelo Estado, deixando os locais onde haviam ficado primeiramente, após imigrarem para o Brasil (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 35).

Reunidos nas chamadas colônias, os imigrantes logo começaram a construção de residências, formando-se assim pequenos núcleos. Estes, mais tarde, passaram a dar origem a parte das comunidades rurais que até hoje existem. Estando instalados, começaram suas práticas agrícolas. Além da extração de madeira e erva-mate, passaram também a desenvolver a criação de gado e suínos, entre outros animais, além de aves (VALASCKI e WZOREK, 1988).

A imigração de poloneses e ucranianos deu, portanto, um grande impulso ao crescimento do município de Rio Azul, quando foram introduzidas as colônias e iniciadas as práticas agrícolas e de criação de animais na região. É entre 1890 e 1910 que ocorre o início dos chamados faxinais em Rio Azul, comunidades em que se destaca o uso coletivo da terra para a criação de animais, a produção agrícola de base familiar e o extrativismo florestal de baixo impacto. Com a vinda dos imigrantes europeus, principalmente os poloneses, começa a se expandir no município este tipo de organização no meio rural.

Não há registro de que os poloneses tenham trazido este modo de vida faxinalense de seu país de origem, provavelmente apreenderam com moradores caboclos ou indígenas que os precederam no lugar que vieram a ocupar (LÖWEN SAHR e CUNHA, 2005). O fato é que as colônias estabelecidas pelo governo apresentavam uma estrutura em linhas (estradas), com lotes rurais em ambas as margens, estrutura que difere totalmente da faxinalense.

A partir de 1936, Rio Azul passa por um período positivo, pois inicia a “[...] procura por batata no mercado, que trouxe como consequência o desenvolvimento da cultura desse produto, cujas terras municipais eram altamente rentáveis para essa cultura” (MARTYNETZ, 1973, p. 4). Segundo este autor, inicia-se assim, o período de produção do tubérculo que traria riqueza e progresso para as comunidades rurais e seus agricultores, e conseqüentemente para o município, até a década de 1950.

De toda forma, do início da colonização do município (1885) até a década de 1960, a principal atividade do município foi a extração de erva-mate e madeira, com a existência de barbaquás e serrarias em diversas comunidades. Além disso, os colonos cultivavam em suas terras uma agricultura de subsistência, onde se plantava trigo, centeio, feijão, arroz, milho, mandioca e batata. Parte da erva-mate e madeira era escoada por barcos a vapor tendo como ponto de carga no Rio Potinga o Porto Soares, Porto Cortiça e Porto Mineiros. As embarcações seguiam até São Mateus do Sul, onde havia o porto de descarga e infra-estrutura de beneficiamento. Outra parte era escoada por meio do transporte ferroviário, seguindo para União da Vitória ou para Curitiba, onde havia empresas de beneficiamento de erva-mate, assim como madeireiras (BARRETO, 2009; VALASCKI e WZOREK, 1988).

Nas proximidades das áreas onde se situavam o Porto Soares e o Porto Cortiça desenvolveram-se duas comunidades, uma com o nome de Soares e a outra Cortiça, denominação herdada dos portos. Nestas comunidades, atualmente, a principal atividade é o plantio do tabaco, assim como de gêneros alimentícios para consumo próprio.

Valascki e Wzorek (1988) salientam que em 1960 o município apresentava uma população eminentemente rural. Segundo dados de recenseamento que ocorrera no mesmo ano, havia 1.634 habitantes da área urbana, e 8.425 na área rural. Data desta época o início do plantio do tabaco, assim como a instalação das primeiras estufas para secagem deste no município. Os agricultores, vendo que o tabaco era uma fonte de renda viável, pois em poucas áreas de terra se conseguia produzir boas quantidades do produto, começam aderir à cultura, que seguiu ao longo dos anos e hoje é a principal atividade no meio rural rio-azulense. Desde o final da década de 1980 o município é conhecido popularmente como “capital do fumo”.

Atualmente o município tem uma população aproximada de 14.093 habitantes, sendo 64% desta rural e 36% urbana, distribuída em uma área de 627,4 km² (IBGE, 2010). A população rural está dividida em 30 comunidades (PDRA, 2009), que possuem em média 229 habitantes, variando



de 46 habitantes, na comunidade de Faxinal de São Pedro, a 393 habitantes, na comunidade de Marumbi dos Ribeiros (RIO AZUL, 2010).

A cultura do tabaco é a predominante no município e dela depende sua economia. A maioria das 30 comunidades rurais de Rio Azul foi gradativamente reduzindo a área de agricultura de subsistência (feijão, milho) e ampliando o plantio do tabaco. Esta mudança para uma agricultura integrada à indústria transformou radicalmente a rotina nas comunidades rurais, levando a redução e até perda das relações comunitárias. Diferentes fatores externos vêm provocando mudanças nestas comunidades, não apenas o tabaco, e, além disso, as comunidades apresentam dinâmicas culturais inerentes.

Aprofundando a gênese das comunidades rurais, tomam-se como exemplo quatro comunidades: Rio Azul dos Soares, Vila Nova, Rio Vinagre e Salto Braço do Potinga. Como se pode observar no Quadro 1, as comunidades aqui estudadas têm grande influência de imigrantes, sendo eles poloneses, ucranianos e italianos. Eles chegaram entre 1885 e 1930 em Rio Azul. No caso de Vila Nova e Rio Azul dos Soares já encontram caboclos residindo nestes locais. Nas comunidades analisadas, nota-se, até os dias de hoje, traços das culturas étnicas dos seus países de origem, embora, já bastante hibridizados à cultura local.

Quadro 1 - Caracterização das comunidades rurais do Município de Rio Azul

	COMUNIDADES			
	Rio Azul dos Soares	Vila Nova	Rio Vinagre	Salto Braço do Potinga
Nº DE HABITANTES POLONESES EM 1980 (1)	44 famílias; 235 habitantes.	20 famílias; 120 habitantes.	65 famílias; 365 habitantes.	20 famílias; 120 habitantes.
Nº DE HABITANTES EM 2010 (2)	170 famílias; 371 habitantes.	80 famílias; 210 habitantes.	70 famílias; 219 habitantes.	45 famílias; 180 habitantes.
ORIGEM (3)	1885 – 1895; Faxinalense; mata com araucária; caboclos e poloneses.	1890 – 1910 Faxinalense; mata com araucária; caboclos, poloneses, ucranianos e italianos.	1900 – 1910 Faxinalense; mata com araucária; poloneses.	1900 – 1910 Faxinalense; mata com araucária; poloneses e ucranianos.
PRINCIPAIS ATIVIDADES ATÉ 1960 (4)	Extração de madeira e erva-mate; cultivo de batata; barbaquás; agricultura de subsistência.	Extração de madeira e erva-mate; cultivo de batata; barbaquás; serraria; agricultura de subsistência.	Extração de erva-mate e madeira; cultivo de batata; agricultura de subsistência.	Extração de erva-mate e madeira; cultivo de batata; agricultura de subsistência.
PRINCIPAIS ATIVIDADES ENTRE 1960 E 2010 (5)	Pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco.	Pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco.	Pequena extração de erva-mate, plantio de tabaco; agricultura de subsistência.	Plantio de tabaco; plantio de pínus e eucalipto; agricultura de subsistência.
ESTRUTURA DE POVOAMENTO (6)	Aldeia Linear; Aldeia de configuração radial.	Aldeia Linear; Aldeia de configuração radial.	Aldeia linear; Aldeia de configuração radial	Aldeia linear; Aldeia de configuração radial.

(1) Dados com base em Valascki e Wzorek (1988).

(2) Dados com base em Rio Azul (2010).

(3) Dados levantados por meio de entrevistas, agregados a informações contidas em Martynetz (1973) e Valascki e Wzorek (1988).

(4) Dados levantados por meio de entrevista com membros das comunidades.

(5) Dados levantados por meio de entrevista com membros das comunidades.

(6) Observação, trabalho em campo e análise dos recortes de 1966 e 2010 de cada comunidade.

A tradicional divisão em terras de criar e de plantar, característica das comunidades de faxinal, esteve presente na origem das quatro comunidades estudadas. Esta forma de organização fazia com



que o viver em comum fosse efetivo, pois havia a necessidade de envolvimento entre os membros da comunidade, por se tratar de um sistema de ajuda mútua.

Este modo de organização em faxinal permanece em Vila Nova bastante presente até hoje. Já em Rio Azul dos Soares, Rio Vinagre e Salto Braço do Potinga, a estrutura de faxinal deixou de existir, efetivando-se a perda dos laços de compadrio que mantinham o espaço comum. Isso trouxe também perdas no que concerne a coerência da comunidade, pois o fim do criadouro representou um rompimento de sua coesão social.

No Quadro 1 podem ser observadas, também, as várias atividades que eram desenvolvidas nas comunidades, tendo em vista a sobrevivência dos seus habitantes. A extração da erva-mate permanece até hoje, porém em menor quantidade, já a da madeira, bastante ativa entre 1885 - 1950, voltada principalmente à araucária e à imbuia, não é mais visível. A necessidade de “limpar a terra” para poder torná-la agricultável foi um dos principais fatores de desmatamento, aliado ao rendimento obtido com a comercialização do produto. Desenvolvia-se, sobretudo, uma agricultura de subsistência, com o plantio de trigo, arroz, centeio, milho, mandioca, feijão e batata.

As relações de entre-ajuda e de solidariedade, presentes nas comunidades de faxinal, foram se reduzindo gradativamente quando os faxinalenses passaram a se subjugarem às inter-relações impessoais com as empresas, sobretudo as fumageiras. As horas de trabalho se ampliaram e passaram a envolver todos os membros da família, que se viram obrigados a restringir o convívio comunitário. Estas comunidades modificaram suas formas de vida, e com isso, sua forma de organização. O tradicional criadouro comum foi perdendo força, modificando-se em algumas comunidades e em outras desaparecendo.

As comunidades de Salto Braço do Potinga e Rio Vinagre, com fortes traços da imigração polonesa e ucraniana, apresentavam a configuração de comunidades faxinalenses. Com a redução das terras de plantar, que passaram a ser alvo de especulação, elas acabam por se desestruturar enquanto faxinais, dando lugar a uma nova forma de convivência mais individualizada. Perdeu-se um traço característico das comunidades, um elo que unia seus membros.

A comunidade de Rio Azul dos Soares vivenciou em 2011 um processo final de desestruturação do faxinal. Com a diminuição gradativa do criadouro comum da localidade, acirraram-se os conflitos, até este ser extinto. O cercamento das propriedades no interior do criadouro comunitário foi o principal fator visível do processo de desestruturação. Para a comunidade, isso foi reflexo de atos de alguns de seus membros, que acabaram por gerar a desunião na comunidade e o fim do espaço de criação comum.

A comunidade de Vila Nova, após passar por mudanças e ter o criadouro extinto, se reorganizou e hoje possui duas áreas de criação comum. Os membros estão unidos e se organizam, lutando pela permanência do faxinal, isso por acharem esta configuração profícua para o local onde residem. Nesta comunidade ainda há extração da erva-mate, devido à existência de mata preservada, propícia para a atividade.

Analisando as dinâmicas das quatro comunidades, pode-se inferir que determinadas comunidades tendem a resistir e manter mais as tradições, outras são mais abertas a elementos modernizadores ou sofrem pressões externas mais fortes. Nos casos de Salto Braço do Potinga, Rio Vinagre e Rio Azul dos Soares trilham-se novos caminhos. Existe, todavia aquelas que tendem a se retradicionar, como é o exemplo da comunidade de Vila Nova, que reestruturou seu criadouro comunitário.

Sendo assim, tendo-se apresentado a origem e as mudanças que foram vivenciadas pelas comunidades, passa-se agora à análise das estruturas e dinâmicas de povoamento.

AS TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRUTURAS DE POVOAMENTO DAS COMUNIDADES FAXINALENSES DE RIO AZUL

Nesta seção, apresenta-se uma breve descrição e análise das estruturas de povoamento, bem como, das dinâmicas espaciais ocorridas entre 1960 e 2011 nas comunidades faxinalenses do muni-



cípio de Rio Azul. Tomam-se por base novamente as quatro comunidades de Rio Azul dos Soares, Vila Nova, Rio Vinagre e Salto Braço do Potinga.

Para estabelecimento das estruturas de povoamento das comunidades em estudo, tomou-se como ponto de partida as tipologias de Bertrand (1973), Vasconcelos (1977) e Anjos (2009). Realizou-se também pesquisa de campo nas comunidades em estudo, utilizando-se técnicas de observação e entrevistas.

Para elaboração de croquis das estruturas de povoamento foram tomadas por base imagens do Google Earth de 2011, nas quais foi delimitado o criadouro comum, por meio de pesquisa em campo acompanhada pelos entrevistados. Também foi utilizada a Carta Rebouças (BRASIL, 1973), nesta foram tomados recortes das comunidades em estudo com a finalidade de conhecer e comparar as estruturas de povoamento da década de 1960 com as existentes nos dias de hoje. Nos croquis buscou-se apontar os limites entre as terras de criar e plantar, bem como, salientar a estrutura de povoamento de cada comunidade em estudo. A seguir são apresentadas e analisadas as formas e dinâmicas de povoamento de cada comunidade.

Comunidade de Rio Azul dos Soares

A dinâmica na estrutura de povoamento da comunidade de Rio Azul dos Soares é apresentada na Figura 1. O primeiro croqui se refere ao ano de 1966. A base cartográfica deste croqui não revela nenhum núcleo de povoamento, todavia, segundo relatos dos moradores existiam ali três núcleos na década de 1960, evidências destes puderam ser observadas em campo. Um fato interessante, que comprova a existência destes núcleos no passado, é a disposição de escolas no centro de cada núcleo, sendo estes assim denominados: Martins, Raia e Amâncio.

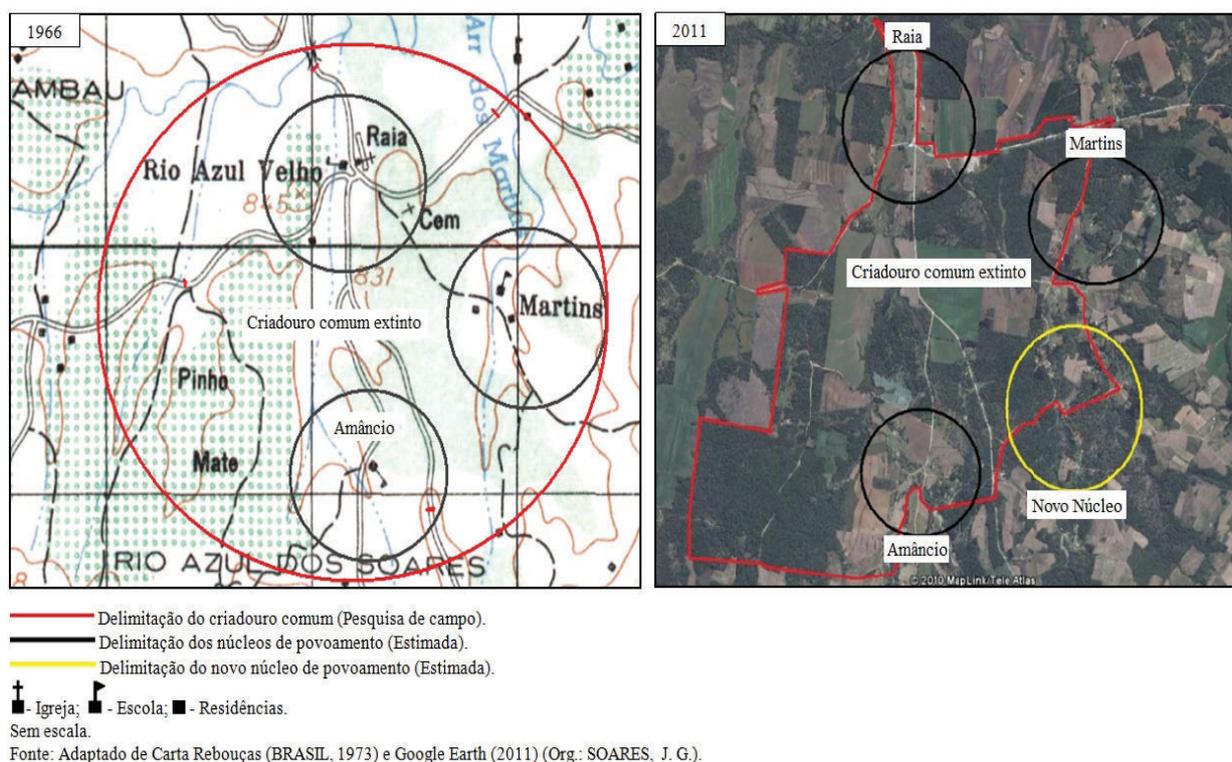


Figura 1 - Croqui da Comunidade de Rio Azul dos Soares em 1966 e 2011

Tomando por base a disposição dos elementos comunitários em 1966, aliados aos dados coletados em campo, se inferiu que a comunidade, nesta época, apresentava uma estrutura de configuração radial polinuclear. As residências estavam dispostas no entorno de elementos comunitários, as escolas no caso dos três núcleos, e a igreja no núcleo Raia.



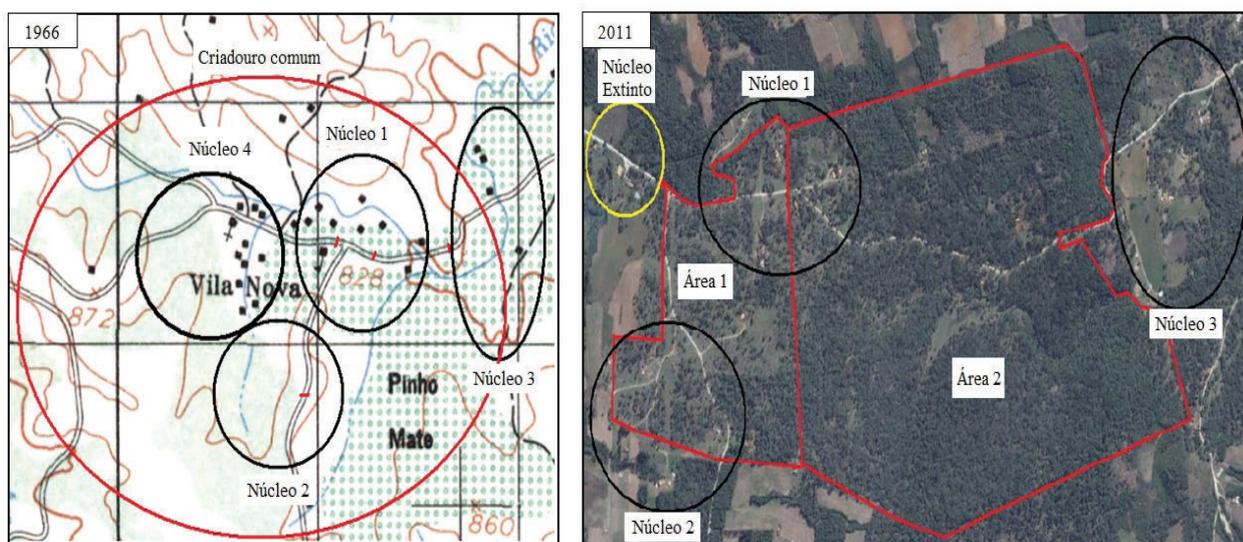
Os três núcleos referenciados em 1966 permanecem até os dias de hoje, contudo, suas estruturas de povoamento se modificaram, uma vez que houve aumento de população na comunidade. As novas residências foram sendo instaladas à beira das estradas. Sendo assim, a estrutura de povoamento da comunidade em 2011 toma características mais de aldeias lineares. Ao observar o recorte da comunidade em 2011, pode-se notar o surgimento de um novo núcleo dentro do antigo criadouro, na parte sudeste deste, o qual apresenta também característica de aldeia linear.

Quanto ao criadouro comum, como já salientado anteriormente, o mesmo vinha tendo sua área reduzida dia a dia, devido a sérios conflitos que estavam ocorrendo entre alguns proprietários de terras. Como os próprios faxinalenses afirmavam, a área do criadouro estava se restringindo apenas as beiras das estradas, por causa dos cercamentos no interior do mesmo. Estes fatos levaram a extinção do criadouro durante o segundo semestre de 2011, durante a realização desta pesquisa.

No entanto, cabe salientar que parte dos membros da comunidade necessitava do criadouro, não concordando com o final deste. Todavia, uma iniciativa do poder público municipal teve papel determinante neste fato, determinando que fossem derrubados os portões e retirados os mata-burros que delimitavam o criadouro coletivo, ocasião em que cada morador teve que fechar suas criações em piquetes, individualizando o uso de suas propriedades.

Comunidade de Vila Nova

Essa comunidade apresenta algumas características e dinâmicas de povoamento que a diferenciam das outras analisadas neste artigo. Nela existiu até a década de 1950 uma serraria de uma família de origem italiana, o que fez com que a comunidade fosse mais densamente povoada que as outras. As comunidades de serrarias costumam ter “vilas” de empregados, oferecendo moradias aos mesmos. Com o fechamento do empreendimento na década de 1960, diminuiu a população da comunidade (Figura 2).



- Delimitação do criadouro comum (Pesquisa de campo).
- Delimitação de núcleo de povoamento (Estimada).
- Delimitação do núcleo de povoamento extinto (Estimada).

⊕ - Igreja; ■ - Escola; ■ - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011) (Org.: SOARES, J. G.)

Figura 2 - Croqui da Comunidade de Vila Nova em 1966 e 2011

Quanto à tipologia de povoamento, pode-se afirmar que esta comunidade é um bom exemplo de aldeia linear. Se observado o croqui de 1966, aparece nitidamente o Núcleo 1 e o Núcleo 4 com esta tipologia. As residências localizavam-se, em sua maioria, à beira de rios e estradas. Parte dessa estrutura se deve também a “vila” dos empregados da antiga serraria (Núcleo 4). Pode-se observar

nos núcleos de povoamento ainda existentes em 2011, e também no que foi extinto, que as residências seguiam a beira da estrada, no sentido oeste, e a beira de um dos córregos que desemboca no Rio Vila Nova.

Atualmente, o Núcleo 1 encontra-se na divisa entre duas áreas de criadouro, que no passado eram unidas. Este núcleo embora apresente características de aldeia linear, apresentou centralidade no passado em torno de uma escola, e apresenta ainda hoje centralidade ao redor de uma “bodega”. Assim, pode-se considerar que até por volta de 1970 este apresentava estrutura de configuração radial. O Núcleo 2 apresenta características de aldeia linear, sendo ele o menor dos três no que concerne a povoação. No croqui de 1966, este aparece como se não fosse povoado, mas, segundo relatos da comunidade, havia residências naquele local. Já o Núcleo 3, em sua totalidade, encontra-se fora da área do criadouro, se apresentado também como aldeia linear, uma vez que além de estar próximo à estrada, também passa ao lado o Rio Vila Nova.

O núcleo que foi extinto era o mais povoado e o primeiro a existir na localidade. Nele se localizava a serraria, como já citado, assim como a primeira capela da comunidade. Hoje abriga não só uma nova capela, como também uma nova escola. Enquanto existia, sua estrutura era de aldeia linear, com as residências entre o Rio Vila Nova e a estrada. Mesmo tendo os elementos comunitários que podiam caracterizar a tipologia de configuração radial, a estrutura linear era a que se sobressaía.

Fator interessante e intrínseco a essa comunidade, diz respeito à área do criadouro, onde se mantém bastante preservada a Mata com Araucária. Isso ocorre devido à existência de um grande proprietário de terras, que vem preservando a mata.

Comunidade de Rio Vinagre

Na comunidade do Rio Vinagre, conforme se observa na Figura 3, nota-se a existência em 1966 de dois núcleos de povoamento. Os dois situados, em sua totalidade, dentro da área do criadouro comum. Nesta época o criadouro era bem preservado. As terras de plantar ficavam nos arredores do criadouro.

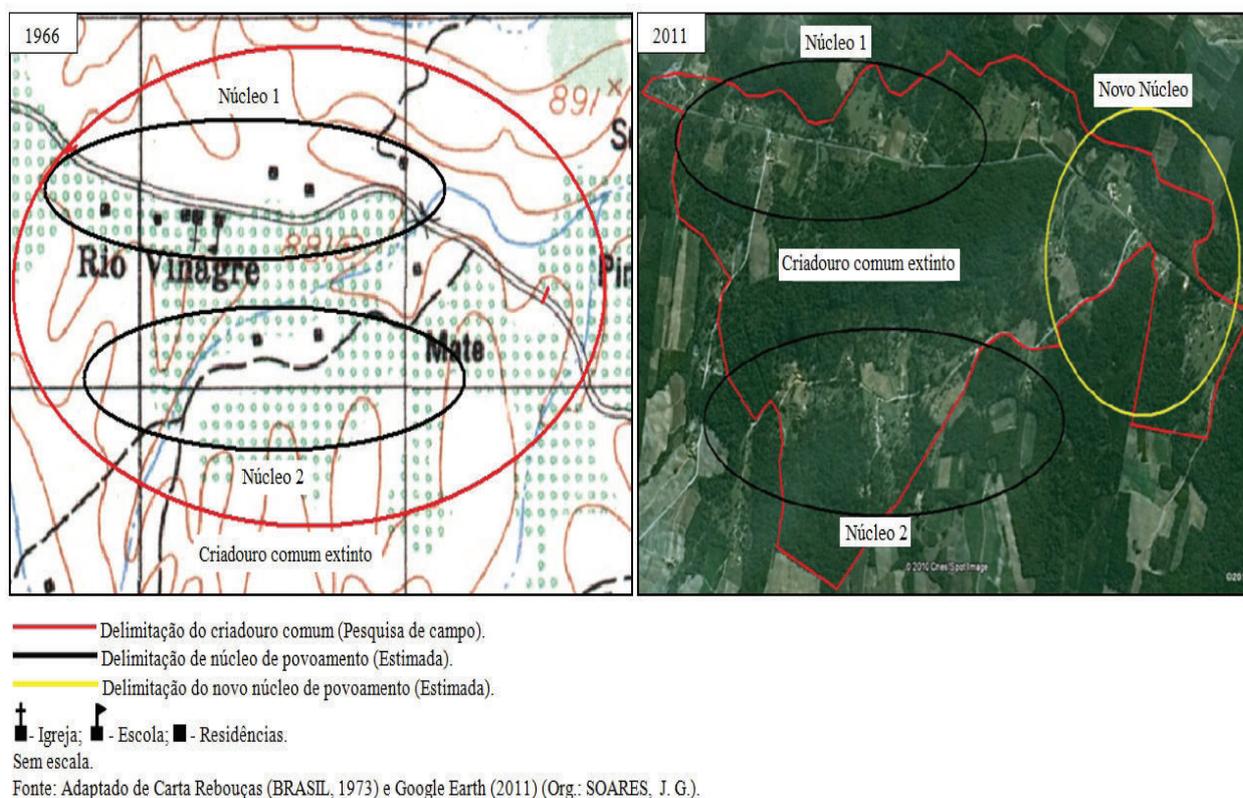


Figura 3 - Croqui da Comunidade de Rio Vinagre em 1966 e 2011



O Núcleo 1 apresenta uma simbiose de duas características de povoamento. É uma aldeia linear, pois o Rio Vinagre acompanha a estrada ao norte, e há várias residências entre o rio e a estrada. Pode ser considerada também uma aldeia de configuração radial, pela existência na época da escola, que foi extinta, e da capela que permanece até hoje. As características de aldeia linear, todavia, se sobressaem, mantendo-se na atualidade. Já no Núcleo 2, notam-se no ano de 1966 poucas residências, contudo com características de povoamento de aldeias em linha.

No entanto, por meio da observação em campo, aliada aos dados das entrevistas, foi possível inferir que o mesmo era mais povoado, diferindo do que se apresenta na base cartográfica do croqui de 1966. Havia pelo menos mais sete residências, todas de famílias polonesas. O núcleo era habitado somente por poloneses e seus descendentes, com as residências a beira da estrada e dos córregos que desembocam no Rio Vinagre. Este núcleo apresentava, e hoje continua a apresentar, mesmo com o aumento da população na localidade, características de aldeia linear.

Observando na Figura 3 o croqui de 2011, nota-se a presença de um novo núcleo de povoação, localizado na porção leste do antigo criadouro comum, que também apresenta características de aldeia linear. Sendo assim, mesmo ocorrendo algumas mudanças decorrentes do fim do criadouro comum, a comunidade continua a seguir a mesma estrutura de povoamento, mantendo a tipologia de aldeias em linha em todos os núcleos.

Comunidade de Salto Braço do Potinga

Com base no croqui de 1966 da Figura 4 e nos dados das entrevistas, nota-se que na comunidade de Salto Braço do Potinga existiam dois núcleos de povoamento. O Núcleo 1, que somava pelo menos 15 residências, tinha características de aldeia de configuração radial, uma vez que neste localizava-se a escola da comunidade. As casas se distribuíam ao redor desse elemento comunitário. Este núcleo se mantém, como se observa no croqui de 2011, contudo agora com características de aldeia linear, com as residências principalmente à beira da estrada.

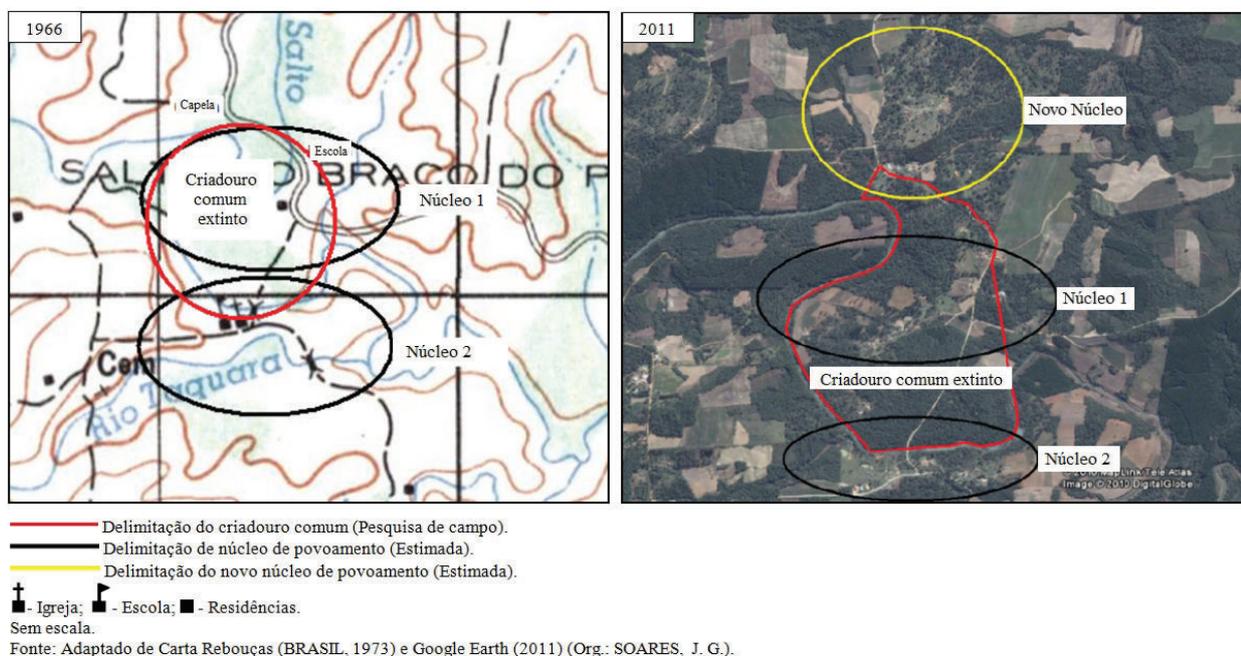


Figura 4 - Croqui da Comunidade de Salto Braço do Potinga em 1966 e 2011

No Núcleo 2, da mesma forma que no 1, na base cartográfica de 1966 não são referenciadas as residências. Segundo dados recolhidos por meio de entrevistas, havia em 1966, seis famílias ali residindo. Nota-se que este núcleo em 1966 apresentava formas de configuração radial, uma vez que as residências se localizavam próximas a capela e a escola. Parte deste núcleo fica no município de

Mallet, na denominada comunidade de Colônia V. Como ocorre no Núcleo 1, em 2011 observa-se que passam a predominar as características de aldeia linear, com as residências próximas a estrada, ao Rio Braço do Potinga e ao Rio Taquara.

No croqui de 2011 observa-se que foi criado um novo núcleo de povoação que não existia até 1966. Embora existissem residências no local já em 1966, não se constituiu um núcleo de povoamento. Situa-se neste núcleo a capela da comunidade. Quanto à estrutura de povoamento, trata-se de uma aldeia linear, que também apresenta características de configuração radial em virtude da presença da capela neste espaço.

Infere-se que a comunidade, em 1966, caracterizava-se pelas estruturas de povoamento de configuração radial. Contudo, com o passar do tempo e com o aumento da população, além da extinção do criadouro, mudaram-se suas estruturas de povoamento, passando assim a configurar-se atualmente como uma aldeia linear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade se caracteriza por ser um espaço de vida comum e que depende de uma organização social. Ela varia de um local para outro, de forma que seus membros se sintam parte integrante e tenham suas responsabilidades atreladas a esse sentimento de unidade. Contudo, cada membro tem que fazer sua parte para que ele permaneça com a comunidade e ela através dele.

Ao estudar as comunidades rurais no município de Rio Azul, nota-se que a união entre seus membros vem diminuindo com o decorrer do tempo, tendo em vista mudanças sociais que vêm ocorrendo. Num passado próximo essa união era maior, como foi levantado por meio das entrevistas. Contudo, o sentimento de união, pelo menos em parte, permanece. Os laços de parentesco ainda existentes e a religião são fatores determinantes, pois reúnem os membros da comunidade periodicamente.

Como se pôde observar, as comunidades estudadas passaram por dinâmicas semelhantes no que concerne a sua gênese, tendo sido povoadas por imigrantes eslavos, principalmente poloneses. Elas tiveram as mesmas atividades de subsistência, primeiramente a extração da madeira e da erva mate, a criação de animais em comum para consumo próprio e a policultura de subsistência. Também passaram por dinâmicas similares quando do declínio destas atividades.

As quatro comunidades tiveram em suas origens a configuração de faxinal, predominando a organização social com um uso comum da terra para criação, permeado por uma agricultura de subsistência nas terras de plantar. Já nos dias atuais, o que é característico nas comunidades é o plantio do tabaco, principal fonte de renda no meio rural rio-azulense.

No que concerne às formas de povoamento, as comunidades tem características similares, tendo em 1966 apresentado principalmente características de estruturas de configuração radial. As estruturas de povoamento no passado estavam mais vinculadas à utilização dos recursos naturais existentes e a convivência comunitária. Hoje predominam as de aldeias lineares. Esta forma de povoamento linear se deve às facilidades oferecidas, sobretudo, com relação ao deslocamento e acesso a energia elétrica.

Contudo, mesmo com a extinção do criadouro comunitário em três das quatro comunidades aqui estudadas, nota-se que ficam os sinais claros da existência deste no passado, onde as estruturas de povoamento são marcas evidentes. Essa inferência pode ser expandida à análise de praticamente todas as comunidades rurais de Rio Azul.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANJOS, R. S. A. **Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. 200p.

BARBOSA, T. A. **Território e territorialidades do Sistema Faxinal**: análise a partir da reconstrução histó-



- rica familiar na comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul-PR. 2007 98f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2007.
- BARRETO, M. **A produção camponesa e o monopólio pelo território do capital**: espacialidades distintas na extração da erva mate na região da floresta com araucária do Paraná. 2009. 94f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2009.
- BERTRAND, A. L. **Sociologia rural**: uma análise da vida rural contemporânea. Porto Alegre: Atlas, 1973. 511p.
- BRASIL. **DECRETO nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 08 de fev de 2007, p. 316.
- BRASIL, Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico. **Carta Rebouças**. Levantamento: 1966/ Impressão: 1973. Folha: SG.22-X-C-IV.
- CHANG, M. Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. **IAPAR, Boletim Técnico**. Londrina, 1988. 123p.
- CLAVAL, P. A geografia cultural. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453p.
- DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/ PROBIO-MMA/CNPq, 1999. 211p.
- EMATER. **Levantamento dos faxinais no Estado do Paraná**. Apontamentos, Curitiba, 1994. s/p.
- FERREIRA, P. **Estudos sobre os faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello – PR**: a construção do conhecimento através da ecologia social como subsidio para um projeto de turismo comunitário. 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2008.
- GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/>> Acesso em: jan. de 2011.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. 102p.
- HILLMAN, A. **Organização da comunidade e planejamento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974. 356p.
- IBGE, **Censo Demográfico de 2010**. Município de Rio Azul - PR. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/>>. Acesso em: 06 dez de 2011.
- LÖWEN SAHR, C. L. **Faxinalenses**: populações tradicionais no bioma da mata com araucária? In: Anais do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais, Irati – PR: 2005a. p. 53-62.
- LÖWEN SAHR, C. L. Os faxinais enquanto populações tradicionais e territórios sociais: algumas reflexões. **Anais do VI Encontro da ANPEGE**, Fortaleza – CE: 2005b. s/p.
- LÖWEN SAHR, C. L. Os “mundos faxinalenses” da Floresta com Araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 213-226, jul./dez., 2008.
- LÖWEN SAHR, C. L. A questão socioambiental nos faxinais paranaenses: caminhos para se pensar numa pedagogia holística e integrativa. **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**. Curitiba, a. 8, v. 9, p. 35-54, 2009.
- LÖWEN SAHR, C. L. e CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária do Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.
- LÖWEN SAHR, C. L. e IEGELSKI, F. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa**: Diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e da identidade das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa: PMPG, 2003. 108p. (Relatório Técnico).
- MAIA, Z. **A pessoa humana e a dimensão social da comunidade**: fundamentos do processo de desenvolvimento da comunidade. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1967. 86p.
- MARQUES, C. L. **Levantamento Preliminar Sobre o Sistema Faxinal no Paraná**. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004. 192p.
- MARTYNETZ, N. L. **Município de Rio Azul**: administração do prefeito Nestor Leonides Martynetz. Rio Azul-PR: Imprensa Martins, 1973. 26p.
- NERONE, M. M. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal – Rebouças – 1950 – 1997**. 2000. 286f. (Tese de Doutorado em História), UNESP, Assis, 2000.

RIO AZUL, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Municipal**. CD-ROM, 2009. 240p.

RIO AZUL. Secretaria Municipal de Saúde. **Sistema de informação de atenção básica**. 2010. (Apostila Impressa) 70p.

SCHUSTER, W. T. e LÖWEN SAHR, C. L. O faxinal do presente e o faxinal do passado: evolução do uso da terra no faxinal Saudade Santa Anita – Turvo (PR). **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo – SP: 2009.

SMITH, T. L. Organização Rural. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971. 302p.

VALASCKI, R. e WZOREK, C. **Rio Azul: 70 anos de emancipação política, de braços abertos para o amanhã**. Curitiba: 1988. 551p.

VASCONCELOS, E. **Sociologia rural**. Viçosa: Imprensa Universitária - Universidade Federal de Viçosa, 1977. 288p.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 7 ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1995. 359p.

Trabalho enviado em outubro de 2011

Trabalho aceito em novembro de 2011

